

RODOLFO KRONENBERG HARTMANN

CURSO COMPLETO DE

PROCESSO CIVIL

Prefácio do Ministro Luiz Fux

2ª edição



Niterói, RJ

2015



© 2015, Editora Impetus Ltda.

Editora Impetus Ltda.

Rua Alexandre Moura, 51 – Gragoatá – Niterói – RJ

CEP: 24210-200 – Telefax: (21) 2621-7007

PROJETO GRÁFICO: SBNIGRI ARTES E TEXTOS LTDA. | EDITORA IMPETUS LTDA.**EDITORACÃO ELETRÔNICA:** SBNIGRI ARTES E TEXTOS LTDA.**CAPA:** EDITORA IMPETUS LTDA.**REVISÃO DE PORTUGUÊS:** C&C CRIAÇÕES E TEXTOS LTDA.**IMPRESSÃO E ENCADERNAÇÃO:** GRÁFICA E EDITORA VOZES LTDA.

H333c

Hartmann, Rodolfo Kronenberg

Curso completo de processo civil / Rodolfo Kronenberg

Hartmann. – Niterói, RJ: Impetus, 2015.

984 p.; 17 x 24 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7626-829-1

1. Processo civil – Brasil. I. Título.

CDD – 347.8105

O autor é seu professor; respeite-o: não faça cópia ilegal.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução, salvo pequenos trechos, mencionando-se a fonte. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime (art. 184 do Código Penal). Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20/12/1907.

A Editora Impetus informa que quaisquer vícios do produto concernentes aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas, às referências, à originalidade e à atualização da obra são de total responsabilidade do autor/atualizador.

SUMÁRIO

PARTE I – TEORIA GERAL DO PROCESSO

Capítulo 1 – Denominação, relações do direito processual com outros ramos do direito e sua divisão	3
1.1. Denominação.....	3
1.2. Relações do direito processual com outros ramos do direito.....	3
1.3. Divisão do direito processual: a teoria geral do processo civil, penal e do trabalho	4
Capítulo 2 – Normas jurídicas processuais	6
2.1. Fontes normativas do Direito Processual Civil	6
2.1.1. Princípios	8
2.1.1.1. Princípios constitucionais	10
2.1.1.1.1. Princípio que garante o livre acesso à Justiça	10
2.1.1.1.2. Princípio do devido processo legal.....	11
2.1.1.1.3. Princípio do juiz natural	12
2.1.1.1.4. Princípio da motivação das decisões judiciais.....	13
2.1.1.1.5. Princípio da isonomia	14
2.1.1.1.6. Princípio do contraditório e da ampla defesa	15
2.1.1.1.7. Princípio da duração razoável do processo	16
2.1.1.2. Princípios gerais de direito	17
2.1.2. Regras jurídicas.....	18
2.2. Interpretação das normas jurídicas de direito processual civil	18
2.3. Lei processual no tempo e no espaço	20

Capítulo 3 – Jurisdição	22
3.1. Introdução	22
3.2. Características da jurisdição	23
3.2.1. Princípio da congruência, da correlação ou da adstrição	24
3.3. Espécies de jurisdição	25
3.3.1. Jurisdição penal ou não penal	25
3.3.2. Jurisdição de instância superior ou inferior	25
3.3.3. Jurisdição comum ou especial.....	25
3.3.4. Jurisdição de direito ou de equidade	26
3.3.5. Jurisdição contenciosa ou voluntária	26
3.4. Equivalentes jurisdicionais.....	28
3.4.1. Autotutela, autocomposição, conciliação e mediação.....	28
3.4.2. A arbitragem.....	29
3.4.2.1. Introdução.....	29
3.4.2.2. Convenção de arbitragem, cláusula compromissória e compromisso arbitral.....	30
3.4.2.3. O árbitro.....	32
3.4.2.4. O procedimento arbitral	32
3.4.2.5. Homologação de sentença arbitral estrangeira	35
Capítulo 4 – Competência e estrutura do Poder Judiciário.....	36
4.1. Conceito e natureza jurídica	36
4.2. Princípios reitores	37
4.2.1. Princípio da <i>perpetuatio iurisdictionis</i>	37
4.2.2. Princípio da competência sobre a competência	38
4.3. Critérios para identificar o órgão jurisdicional competente	38
4.3.1. Jurisdição interna e internacional	40
4.3.1.1. Jurisdição interna e a presença de um Estado estrangeiro ou organismo internacional em um dos polos da relação jurídica processual	41
4.3.1.2. Jurisdição interna e a homologação de sentença estrangeira	42
4.3.1.2.1. Introdução	42
4.3.1.2.2. Casuística envolvendo idênticas ações no Brasil e no Exterior	43
4.3.1.2.3. Atos que podem ser homologados	43
4.3.1.2.4. Procedimento.....	44
4.3.1.2.5. A decisão homologatória.....	45
4.3.1.2.6. A execução da decisão que homologou a sentença estrangeira	46
4.3.2. Competência de Justiça	47
4.3.2.1. Justiça Federal.....	47
4.3.2.2. Justiça do Trabalho.....	53

4.3.2.3.	Justiça Eleitoral	54
4.3.2.4.	Justiça Militar	54
4.3.2.5.	Justiça Estadual.....	54
4.3.2.5.1.	Hipóteses de delegação da competência da Justiça Federal em prol da Justiça Estadual	55
4.4.	Competência absoluta, relativa e concorrente	56
4.5.	Questões pontuais sobre a competência	59
4.5.1.	Possibilidade de pronunciar a incompetência relativa de ofício e o art. 112, parágrafo único, introduzido pela Lei nº 11.280/06.....	59
4.5.2.	Opção entre o Juízo Cível Estadual e o Juizado Especial Estadual	61
4.5.3.	Opção entre o Juízo Cível Federal e o Juizado Especial Federal, bem como entre o Juízo Fazendário Estadual e o Juizado Especial Fazendário Estadual	61
4.5.4.	Competência do Juízo Regional	62
4.6.	Causas de modificação da competência: conexão e continência	62
4.7.	Conflito de competência	66
Capítulo 5 – Ação		69
5.1.	Conceito e considerações iniciais.....	69
5.2.	Teorias sobre o direito de ação	70
5.3.	As condições da ação	71
5.4.	Questões pontuais sobre a teoria eclética e as condições da ação	73
5.4.1.	Consequência da ausência de condições da ação.....	74
5.4.2.	Necessidade ou não de comprovação das condições da ação – teoria da asserção.....	74
5.4.3.	A dificuldade em analisar quando se trata da ausência de condição da ação ou quando é o próprio mérito que está sendo enfrentado – crítica à teoria eclética.....	75
5.4.4.	Momento processual adequado para a verificação das condições da ação.....	76
5.4.5.	Preclusão ou não para o magistrado que já analisou a presença das condições da ação	77
5.4.6.	Síntese sobre a teoria eclética e as condições da ação	79
5.5.	Elementos da ação.....	80
5.6.	Desistência da ação	81
5.7.	Concurso e cumulação de ações	82
Capítulo 6 – Processo		83
6.1.	Conceito	83
6.2.	Natureza jurídica	84
6.3.	Objeto do processo civil, penal e do trabalho	85

6.4.	Pressupostos processuais.....	86
6.4.1.	Pressupostos processuais de existência.....	87
6.4.2.	Pressupostos processuais de validade ou de desenvolvimento.....	88
6.4.2.1.	Capacidade processual.....	88
6.4.3.	Pressupostos processuais negativos.....	91
6.5.	Espécies de processo.....	91
6.6.	Estabilização subjetiva e objetiva do processo.....	92
6.7.	Causas de suspensão e de extinção do processo.....	93
Capítulo 7 – Tutela jurisdicional.....		95
7.1.	Introdução.....	95
7.2.	Classificação quanto ao objetivo do demandante – tutelas materiais.....	96
7.2.1.	Tutelas declaratórias, constitutivas e condenatórias.....	96
7.2.2.	Tutela satisfativa ressarcitória.....	96
7.2.3.	Tutela satisfativa inibitória.....	97
7.2.4.	Tutela cautelar (não satisfativa).....	98
7.3.	Classificação quanto ao gerenciamento do processo pelo magistrado – tutelas processuais.....	100
7.3.1.	Tutela de evidência.....	100
7.3.1.1.	Resolução liminar do mérito na forma do art. 285-A.....	100
7.3.1.2.	Julgamento antecipado da lide (art. 330).....	100
7.3.1.3.	Antecipação dos efeitos da parte incontroversa do pedido (art. 273, § 6º).....	101
7.3.2.	A antecipação dos efeitos da tutela.....	103
7.3.2.1.	Introdução.....	103
7.3.2.2.	Antecipação dos efeitos da tutela satisfativa e da tutela cautelar. Art. 273, § 7º.....	104
7.3.2.3.	Requerimento e concessão <i>ex officio</i> . Revogação. Contraditório da parte contrária.....	106
7.3.2.4.	Momentos para a concessão e a antecipação dos efeitos da tutela na própria sentença.....	108
7.3.2.5.	Requisitos para a concessão da antecipação dos efeitos da tutela.....	109
7.3.2.5.1.	Prova inequívoca da verossimilhança.....	110
7.3.2.5.2.	Reversibilidade dos efeitos da decisão.....	110
7.3.2.5.3.	Risco de dano irreparável ou de difícil reparação ou o manifesto atuar protelatório da parte contrária.....	111
7.3.2.6.	A antecipação da tutela em procedimentos comuns e especiais.....	113

7.3.2.7.	Restrição à antecipação dos efeitos da tutela	113
7.3.2.7.1.	Pretensões de natureza constitutiva e declaratória	113
7.3.2.7.2.	A antecipação dos efeitos da tutela em face da Fazenda Pública	114
7.3.3.	Tutela específica	116
Capítulo 8 – Sujeitos do processo		117
8.1.	O Magistrado	117
8.1.1.	Introdução	117
8.1.2.	Neutralidade e imparcialidade do magistrado	117
8.1.3.	Poderes e deveres do magistrado	118
8.2.	Partes principais e partes secundárias	119
8.2.1.	Sucessão processual	120
8.2.2.	Substituição processual	121
8.3.	O Ministério Público e a sua atuação processual	122
8.3.1.	Ato processual praticado por promotor <i>ad hoc</i>	124
8.3.2.	Ausência de intimação do membro do Ministério Público para atuar como fiscal da lei	125
8.4.	O advogado e a sua atuação processual	127
8.4.1.	Ato processual despido de assinatura do advogado ou quando este não possui procuração nos autos	128
8.5.	Deveres das partes e colaboração processual	128
Capítulo 9 – Litisconsórcio		130
9.1.	Introdução e classificação	130
9.1.1.	Quanto ao polo processual: ativo, passivo e misto	131
9.1.2.	Quanto ao momento de formação: originário e superveniente	131
9.1.3.	Quanto à obrigatoriedade ou não de formação: necessário e facultativo... 131	
9.1.4.	Quanto à interdependência de atuação dos litisconsortes: unitário e simples ou comum	132
9.1.5.	Litisconsórcio multitudinário	134
9.2.	Questões pontuais sobre o litisconsórcio necessário e facultativo	135
9.2.1.	Possibilidade ou não de inclusão, pelo magistrado, de litisconsorte necessário ausente	135
9.2.2.	Consequência processual quando o magistrado percebe a ausência de litisconsorte necessário ao processo	136
9.2.3.	Possibilidade ou não da formação de um litisconsórcio ativo necessário... 137	
9.2.4.	Possibilidade ou não de admissão de um litisconsórcio ativo, superveniente e facultativo	137
9.3.	Tratamento processual reservado aos litisconsortes	138

Capítulo 10 – Intervenção de terceiros	140
10.1. Modalidades de intervenção de terceiros	140
10.1.1. Assistência simples	141
10.1.1.1. Procedimento para ingresso do assistente simples e sua postura processual	143
10.1.2. Assistência qualificada ou litisconsorcial	145
10.1.3. Oposição	145
10.1.4. Nomeação a autoria	147
10.1.5. Denúnciação a lide	150
10.1.5.1. Introdução	150
10.1.5.2. Competência	152
10.1.5.3. Legitimados para oferecimento da denúnciação a lide	152
10.1.5.4. Processos e procedimentos que admitem a denúnciação a lide	153
10.1.5.5. Hipóteses de cabimento	154
10.1.5.5.1. Denúnciação a lide realizada pelo Estado em desfavor do seu agente público	156
10.1.5.6. Processamento da denúnciação a lide	157
10.1.5.6.1. Sentença julgando procedente o pedido originário e também aquele formulado na denúnciação a lide	157
10.1.5.6.2. Sentença julgando procedente o pedido originário e improcedente aquele formulado na denúnciação a lide	158
10.1.5.6.3. Sentença julgando improcedente o pedido originário e reflexo para a denúnciação a lide	158
10.1.5.6.4. Processamento do recurso de apelação após o julgamento da demanda primitiva e da denúnciação a lide	159
10.1.5.7. Denúnciação a lide sucessiva e <i>per saltum</i>	160
10.1.6. Chamamento ao processo	161
10.1.6.1. Chamamento ao processo ou denúnciação a lide em demandas envolvendo acidente de veículo de via terrestre (art. 101, inc. II, CDC)	164
10.1.6.2. Chamamento ao processo e o art. 1.698 do CC	166
10.1.7. Recurso interposto por terceiro	166
10.1.8. Outras participações de terceiros no processo	168
10.1.8.1. Intervenção anômala (art. 5º, Lei nº 9.469/97)	168
10.1.8.2. Protesto por preferência (art. 711)	170
10.1.8.3. <i>Amicus curiae</i>	171

Capítulo 11 – Atos processuais	174
11.1. Introdução	174
11.2. Princípios	175
11.2.1. Princípio da liberdade de forma dos atos processuais	175
11.2.2. Princípio da documentação.....	175
11.2.3. Princípio da publicidade.....	176
11.3. Atos processuais praticados pelo magistrado, serventuários e pelas partes	177
11.3.1. Atos praticados pelo magistrado e pelos serventuários.....	177
11.3.2. Atos praticados pelas partes.....	178
11.4. Forma dos atos processuais	178
11.4.1. Tempo para a prática dos atos processuais.....	179
11.4.2. Do lugar para a prática dos atos processuais.....	179
11.4.3. Prazo para a prática dos atos processuais	180
11.4.3.1. Consequências processuais em razão da perda de um prazo....	181
11.4.3.2. Contumácia e preclusão	181
11.4.3.3. Classificação dos prazos.....	183
11.4.3.3.1. Prazos legais, convencionais e judiciais	183
11.4.3.3.2. Prazos comuns e particulares.....	183
11.4.3.3.3. Prazos próprios e impróprios	184
11.4.3.3.4. Prazos especiais.....	184
11.4.3.3.5. Prazos dilatatórios e peremptórios.....	186
11.4.3.4. Contagem dos prazos.....	187
11.4.3.5. Suspensão e interrupção dos prazos	188
 Capítulo 12 – Vícios dos atos processuais	 189
12.1. Introdução	189
12.2. Princípios reitores	190
12.2.1. Princípio da instrumentalidade das formas.....	190
12.2.2. Princípio do prejuízo	191
12.2.3. Princípio da causalidade	191
12.2.4. Princípio do interesse.....	192
12.3. Espécies de vícios processuais	193
12.3.1. Inexistência.....	193
12.3.2. Nulidade absoluta.....	195
12.3.3. Nulidade relativa ou anulabilidade	196
12.3.4. Rescindibilidade.....	197
12.3.5. Irregularidade	198

PARTE II – O PROCESSO DE CONHECIMENTO

Capítulo 13 – Processo de Conhecimento	201
13.1. Processo de conhecimento	201
13.2. Distinção entre processo e procedimento	201
13.3. Procedimentos existentes	202
13.4. Indisponibilidade do procedimento.....	203
Capítulo 14 – Procedimento comum ordinário e sumário.....	205
14.1. Procedimento comum ordinário.....	205
14.2. Procedimento comum sumário	205
14.2.1. A disponibilidade ou não do rito sumário em relação ao procedimento ordinário	207
14.2.2. A disponibilidade ou não do rito sumário em relação aos procedimentos dos Juizados Especiais	208
14.2.3. Hipóteses que autorizam a adoção do rito sumário.....	208
14.2.3.1. Critério: valor da causa.....	209
14.2.3.2. Critério: matéria discutida nos autos.....	210
14.2.4. Processamento.....	210
Capítulo 15 – Petição inicial.....	215
15.1. Petição inicial: conceito e requisitos	215
15.2. Indicação do Juízo ou Tribunal	215
15.3. Identificação e qualificação das partes	216
15.4. A causa de pedir: os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido.....	217
15.5. Pedido.....	219
15.5.1. Pedido implícito	220
15.5.2. Pedido genérico	221
15.5.3. Questões pontuais sobre o pedido de danos morais.....	222
15.5.3.1. Distinção entre dano moral e dano material	223
15.5.3.2. Distinção entre dano moral e dano estético.....	223
15.5.3.3. Distinção entre dano moral e mero aborrecimento	224
15.5.3.4. Comprovação dos danos morais	224
15.5.3.5. Pedido de danos morais formulado por pessoa jurídica	224
15.5.3.6. Pedido de danos morais e incidência ou não de imposto de renda sobre o valor eventualmente recebido pelo demandante	224
15.5.3.7. Pedido genérico de danos morais.....	225
15.5.3.8. Pedido genérico de danos morais e valor fixado que frustra as expectativas do demandante – interesse em recorrer.....	227
15.5.3.9. Pedido certo e determinado de danos morais: valor inferior ao postulado – fixação da sucumbência	227

15.5.3.10. Pedido certo e determinado de danos morais em salários-mínimos	228
15.5.3.11. Correção monetária e juros na sentença que julga procedente pedido de danos morais	228
15.5.4. Pedido relativo à obrigação indivisível.....	229
15.5.5. Alteração qualitativa ou quantitativa do pedido.....	229
15.5.6. Cumulação de pedidos.....	230
15.6. Indicação do valor da causa	233
15.7. Indicação das provas que se pretende produzir	234
15.8. Requerimento para citação do demandado	234
15.9. Indicação do endereço do patrono e assinatura	234
15.10. Requisitos eventuais.....	234
15.11. Forma da petição inicial: escrita e oral.....	235
15.12. Documentos indispensáveis para a propositura da demanda.....	235

Capítulo 16 – Propositura da ação e seu juízo inicial: emenda, indeferimento, resolução liminar do mérito ou o despacho liminar

de conteúdo positivo.....	237
16.1. Distribuição.....	237
16.2. Possibilidade de emenda da petição inicial.....	239
16.3. Indeferimento da petição inicial	239
16.4. Resolução liminar do mérito, na forma do art. 285-A	242
16.5. O despacho liminar de conteúdo positivo.....	246

Capítulo 17 – Comunicação dos atos processuais..... 247

17.1. Comunicação dos atos processuais.....	247
17.2. Citação	247
17.2.1. Teoria da aparência.....	248
17.2.2. Situações em que a citação não pode ser realizada.....	249
17.2.3. Modalidades de citação.....	249
17.2.3.1. Citação pela via postal	250
17.2.3.2. Citação por oficial de justiça	250
17.2.3.3. Citação por meio eletrônico	251
17.2.3.4. Citação por edital.....	252
17.2.3.5. Citação por hora certa.....	253
17.2.4. Efeitos da citação.....	254
17.2.4.1. A pronúncia da prescrição de ofício pelo magistrado (art. 219, § 5º)	255
17.2.5. Consequências processuais da falta ou da nulidade de citação ao processo.....	258

17.3.	Intimação.....	260
17.4.	As cartas: precatória, de ordem e o pedido de cooperação internacional	261
17.4.1.	Carta precatória.....	261
17.4.2.	Carta de ordem	263
17.4.3.	Pedido de cooperação internacional: auxílio direto e carta rogatória	263

Capítulo 18 – Comportamento do demandado I: reconhecimento

do pedido ou inércia	266	
18.1.	Comportamento do demandado.....	266
18.2.	Reconhecimento da procedência do pedido	266
18.3.	Ausência de resposta do demandado: revelia.....	267
18.3.1.	Efeito material da revelia.....	268
18.3.2.	Efeito processual da revelia	269
18.3.3.	Diferença entre contumácia, revelia e ônus da impugnação especificada da prova.....	270
18.3.4.	Questões pontuais sobre a revelia	271
18.3.4.1.	Revelia em desfavor da Fazenda Pública.....	271
18.3.4.2.	Revelia nos embargos a execução.....	271
18.3.4.3.	Revelia em procedimentos especiais	272

Capítulo 19 – Comportamento do demandado II: apresentação de resposta ...274

19.1.	Resposta do demandado	274
19.2.	Teses defensivas	275
19.2.1.	Classificação das teses defensivas quanto à possibilidade de seu reconhecimento de ofício pelo magistrado: objeções e exceções	275
19.2.2.	Classificação das teses defensivas quanto ao tema: materiais (diretas e indiretas) e processuais (dilatórias e peremptórias)	275
19.3.	Modalidade de resposta: contestação	276
19.3.1.	Princípio da eventualidade	277
19.3.2.	Questões prévias na contestação.....	277
19.3.2.1.	Questões preliminares.....	278
19.3.2.2.	Questões prejudiciais	279
19.3.2.2.1.	Ação declaratória incidental	280
19.3.3.	Consequências da apresentação da contestação	283
19.4.	Modalidade de resposta: exceção.....	284
19.4.1.	Legitimidade	284
19.4.2.	Forma.....	284
19.4.3.	Prazo.....	284
19.4.4.	Efeito suspensivo da exceção	285
19.4.5.	Processamento da exceção de impedimento ou suspeição	286
19.4.6.	Processamento da exceção de incompetência relativa	287

19.5.	Modalidade de resposta: reconvenção.....	288
19.5.1.	Distinção entre a reconvenção, o pedido contraposto e as ações dúpliques	289
19.5.2.	Distinção entre a reconvenção e a ação declaratória incidental	290
19.5.3.	Processos e procedimentos que admitem a reconvenção	291
19.5.4.	Procedimento na reconvenção.....	293
19.6.	Modalidade de resposta: impugnação ao valor da causa	296
19.7.	Modalidade de resposta: impugnação a gratuidade de justiça.....	297

Capítulo 20 – Providências preliminares..... 299

20.1.	Providências preliminares	299
20.2.	Julgamento conforme o estado do processo (art. 329)	299
20.3.	Julgamento antecipado da lide (art. 330)	300
20.4.	Audiência preliminar (art. 331)	301
20.5.	O saneamento do processo (art. 331, § 2º).....	302

Capítulo 21 – Das provas 304

21.1.	Teoria Geral das provas	304
21.2.	Classificação das provas	305
21.2.1.	Provas típicas e atípicas.....	305
21.2.2.	Provas ilícitas.....	306
21.2.2.1.	Vedação do uso da prova ilícita por derivação no processo	306
21.2.2.2.	Uso excepcional de prova ilícita para fundamentar ato decisório.....	306
21.2.3.	Prova indiciária	307
21.2.4.	Prova emprestada.....	308
21.2.5.	Prova de fora da terra	308
21.2.6.	Prova diabólica	309
21.3.	Objeto da prova.....	309
21.4.	Fatos que independem de prova.....	310
21.5.	Etapas para a produção da prova	311
21.6.	Critérios para a valoração da prova.....	312
21.7.	Ônus da prova e ônus financeiro da prova	314
21.8.	Provas em espécie	317
21.8.1.	Depoimento pessoal	317
21.8.2.	Confissão.....	318
21.8.3.	Exibição de documento ou coisa.....	320
21.8.3.1.	Exibição de documento ou coisa em poder da outra parte, na própria demanda principal	320
21.8.3.2.	Exibição de documento ou coisa em poder de terceiro, após já ter sido deflagrada a demanda principal	321
21.8.3.3.	Exibição de documento ou coisa em demanda cautelar preparatória	322

21.8.4. Prova documental.....	322
21.8.4.1. Incidente de falsidade de prova documental.....	323
21.8.5. Prova testemunhal.....	324
21.8.5.1. Incidente de recusa de prova testemunhal.....	329
21.8.6. Prova pericial.....	329
21.8.7. Inspeção judicial.....	332
21.8.8. Interceptação de dados telemáticos e uso desta prova no processo civil ...	333

Capítulo 22 – Audiência de instrução e julgamento..... 335

22.1. Audiência de instrução e julgamento.....	335
22.2. Princípios informativos da AIJ: publicidade, concentração, oralidade, imediatividade e identidade física do juiz.....	336
22.2.1. Princípio da publicidade.....	336
22.2.2. Princípio da concentração.....	336
22.2.3. Princípio da oralidade.....	336
22.2.4. Princípio da imediatividade.....	337
22.2.5. Princípio da identidade física do juiz.....	337
22.3. Estrutura: abertura, conciliação, instrução, debates orais, sentença e recursos.....	338

Capítulo 23 – Sentença 342

23.1. Sentença.....	342
23.2. Fundamentos da sentença: art. 267 e art. 269.....	343
23.3. Espécies de sentença.....	347
23.3.1. Classificação das sentenças quanto às suas consequências: terminativas e definitivas.....	347
23.3.2. Classificação das sentenças quanto ao seu conteúdo: declaratórias, constitutivas, condenatórias, executivas <i>lato sensu</i> e mandamentais.....	348
23.3.3. Sentenças determinativas.....	352
23.4. Estrutura da sentença.....	352
23.5. Vícios na sentença.....	355
23.5.1. Sentença <i>ultra, extra e citra petita</i>	355
23.5.2. Sentença condicional.....	357
23.6. Correção da sentença.....	359
23.7. Fixação da sucumbência: honorários e custas.....	359
23.7.1. Critérios para a fixação da sucumbência.....	360
23.7.2. A fixação da sucumbência à luz do art. 20 do CPC.....	361
23.7.3. Sucumbência na cumulação subjetiva de ações (litisconsórcio).....	363
23.7.4. Sucumbência na cumulação objetiva de ações (cumulação de pedidos)....	364
23.7.5. Sucumbência em demandas relativas a dano moral.....	365
23.7.6. Sucumbência e gratuidade de justiça.....	365
23.7.7. Sucumbência no mandado de segurança e <i>habeas data</i>	365

23.7.8. Sucumbência na ação civil pública.....	366
23.7.9. Sucumbência na ação popular.....	366
23.7.10. Sucumbência na ação monitória.....	367
23.7.11. Sucumbência nas causas em que atua a Defensoria Pública	367

Capítulo 24 – A coisa julgada 368

24.1. Introdução, desenvolvimento histórico e definição.....	368
24.2. Cognição exercida e atos que podem gerar coisa julgada.....	370
24.3. Distinção entre coisa julgada e preclusão.....	374
24.4. Classificação da coisa julgada	375
24.4.1. Coisa julgada formal, material e soberanamente julgada.....	375
24.4.2. Coisa julgada <i>pro et contra</i>	376
24.5. Limites subjetivos da coisa julgada.....	376
24.6. Limites objetivos da coisa julgada.....	377
24.7. Efeitos da coisa julgada: vinculativo, sanatório e preclusivo.....	378
24.8. Questões pontuais sobre a coisa julgada.....	380
24.8.1. A coisa julgada no mandado de segurança.....	380
24.8.2. A coisa julgada nas sentenças determinativas.....	382
24.8.3. A relativização da coisa julgada	382
24.8.3.1. Relativização da coisa julgada nas ações de desapropriação.....	383
24.8.3.2. Relativização da coisa julgada nas ações de estado	384
24.8.4. A coisa julgada inconstitucional	385

PARTE III – RECURSOS CÍVEIS, AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO E INCIDENTES NOS TRIBUNAIS

Capítulo 25 – Teoria geral dos recursos..... 389

25.1. Conceito e justificativa	389
25.2. Objetivo do recurso.....	390
25.3. <i>Error in iudicando</i> e <i>error in procedendo</i>	391
25.4. Distinção em relação à ação autônoma de impugnação.....	392
25.5. Distinção em relação aos sucedâneos recursais.....	392
25.6. Distinção em relação ao reexame necessário	393
25.7. Decisões sujeitas e não sujeitas a recursos.....	395
25.7.1. Acórdão do Pleno do STF que nega o reconhecimento de repercussão geral em sede de REXTR	396
25.7.2. Decisão monocrática do Desembargador que converte o recurso de agravo, na modalidade de instrumento para a retida	396
25.7.3. Sentença terminativa proferida em sede de Juizado Especial Federal.....	396
25.7.4. Decisões interlocutórias proferidas em sede de Juizado Especial Estadual.....	397

25.8.	Princípios	398
25.8.1.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	398
25.8.2.	Princípio da taxatividade	399
25.8.3.	Princípio que veda a reforma para pior.....	400
25.8.3.1.	Sentença terminativa impugnada exclusivamente pelo demandante	401
25.8.3.2.	Sentença terminativa impugnada exclusivamente pelo demandado	401
25.8.3.3.	Sentença definitiva de procedência parcial do pedido, impugnada exclusivamente pelo demandante e a possibilidade de o Tribunal pronunciar ou não de ofício a prescrição.....	402
25.8.3.4.	Recurso interposto por uma das partes e decisão mantida pelo Tribunal, embora com modificação do fundamento (art. 515, § 2º)	402
25.8.4.	Princípio da singularidade, unicidade ou unirãorrribilidade.....	403
25.8.5.	Princípio da fungibilidade	404
25.8.5.1.	Decisão que julga o incidente de impugnação a gratuidade de Justiça	405
25.8.5.2.	Decisão que indefere parcialmente uma petição inicial	406
25.8.5.3.	Sentença objetivamente complexa.....	407
25.8.6.	Princípio da variabilidade.....	408
25.9.	Classificação dos recursos	408
25.9.1.	Recurso total e recurso parcial.....	408
25.9.2.	Recurso de fundamentação vinculada e de fundamentação livre	408
25.9.3.	Recurso ordinário e REXTR	409
25.9.4.	Recurso interposto na modalidade autônoma ou adesiva	409
25.10.	Desistência e renúncia do recurso. Aquiescência da decisão.....	412

Capítulo 26 – Juízo de admissibilidade e de mérito dos recursos 416

26.1.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	416
26.2.	Requisitos de admissibilidade do recurso	417
26.2.1.	Legitimidade	417
26.2.2.	Interesse em recorrer	418
26.2.3.	Cabimento do recurso.....	418
26.2.4.	Tempestividade	419
26.2.5.	Preparo	422
26.2.6.	Regularidade formal	423
26.3.	Consequências da inadmissibilidade de um recurso	423
26.4.	Consequências da admissibilidade de um recurso	424
26.4.1.	Juízo de retratação	425
26.4.2.	Efeitos do recurso	426
26.4.2.1.	Regressivo	426

26.4.2.2.	Devolutivo	426
26.4.2.2.1.	Devolutivo na extensão e na profundidade	427
26.4.2.2.2.	Art. 515, § 1º, e art. 516	428
26.4.2.2.3.	Art. 515, § 2º	430
26.4.2.2.4.	Art. 515, § 3º. Teoria da causa madura	430
26.4.2.2.5.	Art. 515, § 4º	433
26.4.2.3.	Translativo	433
26.4.2.4.	Suspensivo e ativo	433
26.4.2.5.	Expansivo subjetivo	435
26.4.2.6.	Expansivo objetivo	436
26.4.2.7.	Infringentes ou modificativos	437
26.4.2.8.	Substitutivo	438
26.4.2.9.	Obstativo	438

Capítulo 27 – Recursos em espécie 439

27.1.	Recurso de apelação	439
27.1.1.	Introdução	439
27.1.2.	Casos em que uma sentença não comporta apelação	439
27.1.2.1.	Sentença proferida em sede de Juizado Especial	440
27.1.2.2.	Recurso ordinário para impugnar sentença de primeira instância	440
27.1.2.3.	Sentença que decreta a falência	440
27.1.2.4.	Decisão do incidente de liquidação	441
27.1.2.5.	Sentença proferida em execução fiscal de alçada	441
27.1.3.	Processamento inicial em primeira instância	441
27.1.3.1.	Efeitos em que a apelação é recebida	443
27.1.3.2.	Realização do juízo de retratação (efeito regressivo)	444
27.1.3.3.	Intimação da parte contrária para resposta ao recurso	444
27.1.4.	Procedimento posterior em primeira instância	446
27.1.5.	Procedimento em segunda instância	447
27.2.	Recurso de agravo	449
27.2.1.	Introdução	449
27.2.2.	Agravo na modalidade retida	450
27.2.3.	Agravo na modalidade por instrumento	452
27.2.4.	Agravo na modalidade interna	457
27.2.5.	Agravo regimental	458
27.3.	Embargos de declaração	460
27.3.1.	Introdução e hipóteses de cabimento	460
27.3.2.	Processamento	461
27.4.	Embargos infringentes	464
27.4.1.	Introdução	464
27.4.2.	Hipóteses duvidosas de cabimento dos embargos infringentes	465

27.4.2.1.	Embargos infringentes de decisão proferida em recurso de apelação interposto para impugnar sentença terminativa, quando o Tribunal tiver aplicado o art. 515, § 3º.....	465
27.4.2.2.	Embargos infringentes da decisão que julga o recurso ordinário.....	466
27.4.2.3.	Embargos infringentes da decisão que julga o recurso de agravo	466
27.4.2.4.	Embargos infringentes de decisão proferida em embargos de declaração.....	467
27.4.2.5.	Embargos infringentes em requerimento de falência.....	467
27.4.2.6.	Embargos infringentes em mandado de segurança.....	468
27.4.2.7.	Embargos infringentes e a decisão da ação rescisória	468
27.4.2.8.	Embargos infringentes para impugnar decisão não unânime proferida em incidente de controle de constitucionalidade difuso perante o Tribunal.....	469
27.4.2.9.	Embargos infringentes e reexame necessário.....	469
27.4.3.	Procedimento para os embargos infringentes.....	469
27.4.4.	Situações peculiares envolvendo os embargos infringentes	471
27.4.4.1.	Voto médio.....	471
27.4.4.2.	Embargos infringentes na Lei de Execução Fiscal (Lei nº 6.830/80).....	472
27.5.	Recurso ordinário.....	473
27.5.1.	Hipóteses de cabimento.....	473
27.5.2.	Processamento.....	474
27.6.	Recurso extraordinário e recurso especial.....	475
27.6.1.	Hipóteses de cabimento para o recurso extraordinário.....	476
27.6.2.	Hipóteses de cabimento para o recurso especial	477
27.6.3.	Requisitos de admissibilidade comuns.....	478
27.6.3.1.	Exaurimento ou esgotamento das vias recursais.....	478
27.6.3.2.	Tempestividade	478
27.6.3.3.	Prequestionamento	480
27.6.4.	Requisitos de admissibilidade específicos.....	482
27.6.4.1.	Repercussão geral	482
27.6.4.2.	Violação frontal e direta ao texto constitucional.....	485
27.6.4.3.	Comprovação da divergência	485
27.6.5.	Procedimento.....	486
27.6.5.1.	Interposição e não recebimento	486
27.6.5.2.	Interposição e recebimento. Recursos não repetitivos. Efeitos. Encaminhamento	488
27.6.5.3.	Interposição e recebimento. Recursos repetitivos (art. 543-B e art. 543-C)	490
27.6.5.4.	Interposição e recebimento. Recursos retidos (art. 542, § 3º)	493
27.7.	Embargos de divergência.....	497

Capítulo 28 – Ações autônomas de impugnação nos tribunais.....	499
28.1. Ação rescisória.....	499
28.1.1. Introdução	499
28.1.2. Competência.....	500
28.1.3. Prazo para ajuizamento	502
28.1.3.1. Prazo para o ajuizamento da ação rescisória fundada no art. 485, inciso III.....	502
28.1.3.2. Prazo para o ajuizamento da ação rescisória fundada no art. 485, inciso VII	503
28.1.3.3. Prazo para o ajuizamento da ação rescisória quando o recurso anterior não tiver sido conhecido	504
28.1.3.4. Prazo para o ajuizamento da ação rescisória quando se tratar de decisão objetivamente complexa (mais de um capítulo), sem que todos sejam impugnados	505
28.1.4. Legitimidade para o ajuizamento da ação rescisória	507
28.1.5. Hipóteses que autorizam o ajuizamento da ação rescisória (rescindibilidades).....	508
28.1.5.1. Juiz peitado (art. 485, inciso I).....	508
28.1.5.2. Incompetência absoluta do juízo e magistrado impedido (art. 485, inciso II)	509
28.1.5.3. Colusão ou dolo da parte vencedora (art. 485, inciso III)	510
28.1.5.4. Ofensa a coisa julgada (art. 485, inciso IV)	512
28.1.5.5. Violação de literal disposição em lei (art. 485, inciso V).....	513
28.1.5.6. Decisão proferida com base em prova falsa (art. 485, inciso VI)	514
28.1.5.7. Juntada de documento novo (art. 485, inciso VII).....	514
28.1.5.8. Decisão baseada em confissão viciada, homologatória de acordo ou de desistência (art. 485, inciso VIII)	515
28.1.5.9. Decisão proferida com erro de fato (art. 485, inciso IX)	516
28.1.6. Procedimento para a ação rescisória	517
28.1.6.1. Petição inicial e caução	517
28.1.6.2. Despacho liminar de conteúdo negativo	518
28.1.6.3. Despacho liminar de conteúdo positivo	519
28.1.6.4. Efeito suspensivo e concessão de tutela antecipada satisfativa ou cautelar.....	519
28.1.6.5. Defesa do demandado	520
28.1.6.6. Instrução processual e etapa superveniente.....	522
28.1.6.7. Decisão e recursos.....	522
28.1.7. Distinção entre a ação rescisória, a ação anulatória e a <i>querella nullitatis</i>	523
28.2. Reclamação	525

Capítulo 29 – Incidentes nos tribunais	528
29.1. Incidentes nos Tribunais – breve explanação	528
29.2. Da uniformização de jurisprudência.....	530
29.2.1. Processamento.....	530
29.2.2. Distinção com figuras afins: RESP (art. 105, I, alínea “c”, CRFB-88), embargos de divergência (art. 546) e mecanismo para composição de divergência (art. 555, § 1º).....	531
29.3. Da declaração de inconstitucionalidade	533
29.4. Requerimento de suspensão da segurança.....	535
29.4.1. Introdução	535
29.4.2. Legitimidade para o requerimento.....	536
29.4.3. Competência para a decisão.....	537
29.4.4. Procedimento.....	538
29.4.5. Reclamação, agravo de instrumento e SS simultâneos	539
29.4.6. Reclamação, apelação e SS simultâneos	540
29.5. Súmula vinculante	541
29.5.1. Introdução	541
29.5.2. Distinção entre a Súmula vinculante e a Súmula impeditiva de recursos ...	543
29.5.3. Procedimento para criação, modificação e revogação da Súmula vinculante	543
29.5.4. Objeto da súmula	544
29.5.5. Competência para criação e destinatários da Súmula vinculante	545
29.5.6. Legitimados para início do procedimento	545
29.5.7. Modulação dos efeitos.....	547
29.5.8. Demais considerações sobre o procedimento e conclusão.....	547

PARTE IV – A EXECUÇÃO CIVIL

Capítulo 30 – Teoria geral da execução	551
30.1. Conceito de execução e o seu mérito	551
30.2. Unidade de processo e dualidade de ação.....	552
30.3. Características da execução.....	553
30.3.1. Substitutividade	554
30.3.2. Definitividade	554
30.3.3. Subsidiariedade	555
30.4. Princípios da execução	555
30.4.1. Princípio da disponibilidade ou do desfecho único	555
30.4.2. Princípio do menor sacrifício do executado	556
30.4.3. Princípio da realidade ou patrimonialidade	556
30.4.4. Princípio da tipicidade	556

30.5. Espécies de execução.....	557
30.5.1. Procedimentos executivos existentes.....	557
30.5.2. Execução provisória e definitiva.....	558
30.5.3. Execução completa e incompleta.....	561
Capítulo 31 – Competência na execução.....	562
31.1. Competência para a execução.....	562
31.2. Situações excepcionais envolvendo a competência na execução	563
31.3. Competência para o processamento e julgamento dos embargos e do incidente de impugnação.....	565
Capítulo 32 – Partes e responsabilidade patrimonial.....	566
32.1. Partes principais na execução	566
32.2. Litisconsórcio na execução	567
32.3. Intervenção de terceiros na execução.....	568
32.4. Estabilidade subjetiva e objetiva na execução.....	569
32.5. Responsabilidade patrimonial primária e secundária	570
32.6. Situações em que o executado responde com bens que não mais integram o seu patrimônio.....	573
32.6.1. Fraude à alienação de bem penhorado.....	573
32.6.2. Fraude à execução	573
32.6.3. Fraude a credores	576
Capítulo 33 – O título executivo	578
33.1. Pressuposto da execução: o título executivo	578
33.2. Classificação dos títulos executivos.....	579
33.2.1. Títulos executivos judiciais	579
33.2.2. Títulos executivos extrajudiciais	584
33.3. Requisitos: certeza, liquidez e exigibilidade da obrigação constante no título.....	586
33.4. A liquidação da sentença.....	586
33.5. A liquidação da sentença penal e daquela proferida em processo coletivo	588
Capítulo 34 – Procedimento comum para obrigação de pagar	590
34.1. Procedimento específico para obrigação de pagar constante em título judicial ...	590
34.1.1. Introdução	590
34.1.2. Requerimento	590
34.1.3. A multa de 10% prevista no art. 475-J	591
34.1.4. Deferimento da execução: interrupção da prescrição	594
34.1.5. Fixação de honorários advocatícios	595
34.1.6. Cumprimento do mandado de penhora e avaliação. Incompatibilidade do arresto (art. 653).....	595

34.1.7. Necessidade ou não de garantia prévia do juízo para o oferecimento da Impugnação	596
34.1.8. A impugnação.....	597
34.1.8.1. Natureza jurídica.....	597
34.1.8.2. Diferença entre a impugnação e os embargos	598
34.1.8.3. Procedimento na impugnação.....	598
34.1.8.4. Inexigibilidade do título fundado em ato normativo declarado inconstitucional (art. 475-L, § 1º).....	600
34.1.8.5. Decisão da impugnação e recurso.....	600
34.1.9. Fim da execução	601
34.2. Procedimento específico para obrigação de pagar constante em título extrajudicial.....	602
34.2.1. Introdução	602
34.2.2. Petição inicial, título executivo e planilha	603
34.2.3. Deferimento da execução. Interrupção da prescrição.....	603
34.2.4. Fixação de honorários.....	604
34.2.5. Citação. Arresto (art. 653).....	604
34.2.6. Parcelamento	607
34.2.7. Embargos do executado	608
34.2.7.1. Prazo para oferecimento dos embargos	609
34.2.7.2. Efeito suspensivo nos embargos	609
34.2.7.3. Dispensa de garantia para admissão dos embargos	610
34.2.8. Exceção de pré-executividade.....	611
34.2.9. Procedimento nos embargos	613
34.2.10. Fim da execução	617
34.3. Procedimento comum para obrigação de pagar constante em título judicial e extrajudicial: penhora	617
34.3.1. Conceito e natureza jurídica da penhora	617
34.3.2. Nomeação dos bens.....	618
34.3.3. Objeto da penhora e possibilidade de renúncia às regras de impenhorabilidade absoluta	618
34.3.4. Bens absolutamente e relativamente impenhoráveis.....	620
34.3.5. Penhora de parte do faturamento da sociedade	621
34.3.6. Penhora <i>on-line</i>	622
34.3.7. Efeitos da penhora.....	623
34.3.8. Remição, substituição, repetição, redução ou ampliação da penhora	623
34.3.9. Depositário dos bens penhorados.....	624
34.4. Procedimento comum para obrigação de pagar constante em título judicial e extrajudicial: etapa expropriatória	626

34.4.1. Introdução	626
34.4.2. Adjudicação	627
34.4.3. Alienação por iniciativa particular	629
34.4.4. Alienação em hasta pública	630
34.4.4.1. Atos preparatórios	630
34.4.4.2. A licitação	631
34.4.4.3. Assinatura do auto	632
34.4.4.4. Causas de nulidade da arrematação	632
34.4.4.5. Meios para reconhecer a nulidade ou ineficácia da arrematação	633
34.4.4.6. Evicção e vício redibitório no bem arrematado	634
34.4.5. Usufruto de bem móvel ou imóvel	635
Capítulo 35 – Suspensão e extinção da execução	637
35.1. Introdução	637
35.2. Hipóteses de suspensão da execução (art. 791)	638
35.3. Sentença e coisa julgada na execução	640
35.4. Hipóteses de extinção da execução (art. 794)	641
35.5. Sistema recursal na execução	642
Capítulo 36 – Procedimentos especiais para obrigação de pagar	643
36.1. Execução em face da Fazenda Pública	643
36.1.1. Introdução	643
36.1.2. Título executivo	643
36.1.3. Legitimidade passiva	644
36.1.4. Incidência das novas leis	644
36.1.5. Execução provisória e definitiva em face da Fazenda Pública	645
36.1.6. Petição inicial	645
36.1.7. Honorários advocatícios	646
36.1.8. Procedimento ulterior	647
36.1.9. Requisição do pagamento	648
36.1.10. A efetivação do pagamento pela Fazenda Pública	650
36.1.11. O sequestro	651
36.2. Execução fiscal	653
36.2.1. Introdução	653
36.2.2. Legitimação ativa e passiva. Litisconsórcio	654
36.2.3. Adequação da via eleita	655
36.2.4. O título executivo: a certidão da dívida ativa	655
36.2.5. O despacho liminar de conteúdo positivo ou negativo	656
36.2.6. Citação na execução fiscal	657

36.2.7. Parcelamento (art. 745-A, CPC)	658
36.2.8. Garantia do juízo	658
36.2.9. Necessidade de garantia do juízo para oferecimento dos embargos	659
36.2.10. Embargos do executado e ação anulatória	659
36.2.11. Etapa expropriatória	661
36.2.12. Suspensão do processo e prescrição	661
36.2.13. Desistência e sucumbência	662
36.2.14. Sistemática recursal	662
36.3. Execução por quantia certa em face de devedor insolvente: insolvência civil	663
36.3.1. Introdução	663
36.3.2. Competência	664
36.3.3. Legitimidade ativa e passiva	664
36.3.4. Procedimento instaurado pelo devedor ou pelo espólio	666
36.3.5. Procedimento instaurado pelo credor quirografário	666
36.3.6. Início da execução coletiva	669
36.3.7. Habilitação dos créditos	669
36.3.8. Desenvolvimento e fim da execução coletiva	670
36.4. Execução de prestação alimentícia	672
36.4.1. Verba alimentar	672
36.4.2. Competência, legitimidade ativa e passiva na execução por alimentos	673
36.4.3. Procedimento do art. 475-J	674
36.4.4. Procedimento do art. 733	675
36.4.5. Constituição de capital (art. 475-Q)	676

Capítulo 37 – Procedimento para obrigação de fazer, não fazer

ou de entrega de coisa 679

37.1. Procedimento para obrigação de fazer, não fazer ou de entrega de coisa reconhecida em título executivo judicial	679
37.1.1. Introdução	679
37.1.2. Meios executivos	680
37.1.3. As <i>astreintes</i>	680
37.1.4. Procedimento para cumprimento de sentença	685
37.2. Procedimento para obrigação de fazer, não fazer ou de entrega de coisa reconhecida em título executivo extrajudicial	687
37.2.1. Execução autônoma para a entrega de coisa certa	687
37.2.2. Execução autônoma para a entrega de coisa incerta	689
37.2.3. Execução autônoma para obrigação de fazer	689
37.2.4. Execução autônoma para obrigação de não fazer	690

**PARTE V – O PROCESSO CAUTELAR, OS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE
JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E VOLUNTÁRIA, OS JUIZADOS ESPECIAIS
E A TEORIA GERAL DO PROCESSO COLETIVO**

Capítulo 38 – O processo cautelar	695
38.1. O processo cautelar e a tutela cautelar.....	695
38.2. Classificação do processo cautelar	697
38.3. Características do processo cautelar.....	698
38.4. Procedimento cautelar comum	700
38.4.1. Competência.....	700
38.4.2. Petição inicial.....	702
38.4.3. Prazo para ajuizamento	702
38.4.4. Concessão da liminar, citação, resposta e instrução.....	703
38.4.5. Sentença cautelar	705
38.4.6. A coisa julgada no processo cautelar.....	706
38.4.7. Execução da sentença cautelar.....	708
38.5. Procedimentos cautelares típicos: breves explicações	709
38.5.1. Arresto, sequestro e busca e apreensão.....	709
38.5.2. Caução.....	710
38.5.3. Exibição de documentos, produção antecipada de provas e justificação....	710
38.5.4. Alimentos provisionais.....	711
38.5.5. Arrolamentos de bens.....	712
38.5.6. Protesto, notificações e interpelações.....	712
38.5.7. Homologação do penhor legal.....	713
38.5.8. Posse em nome do nascituro	713
38.5.9. Atentado.....	713
38.5.10. Protesto e apreensão de títulos	713
38.5.11. Outras medidas provisionais.....	714
 Capítulo 39 – Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa	 715
39.1. Introdução	715
39.2. Consignação em pagamento	717
39.3. Ação de depósito.....	722
39.4. Ação de busca e apreensão (DL nº 911/69).....	724
39.5. Ação de prestação de contas.....	729
39.6. Ações possessórias	731
39.7. Ação de nunciação de obra nova.....	735
39.8. Ação de usucapião.....	737
39.9. Ação de divisão e de demarcação de terras particulares	741
39.10. Inventário e partilha	742
39.11. Embargos de terceiros	745
39.12. Habilitação e restauração de autos.....	748
39.13. Das vendas a crédito com reserva de domínio.....	749
39.14. Ação monitória.....	750

Capítulo 40 – Procedimentos especiais de jurisdição voluntária	754
40.1. Introdução	754
40.2. Alienações judiciais	756
40.3. Separação consensual	757
40.4. Testamento e codicilo	759
40.5. Herança jacente	760
40.6. Bens dos ausentes	761
40.7. Coisas vagas	761
40.8. Curatela dos interditos	762
40.9. Organização e fiscalização das fundações	763
40.10. Especialização da hipoteca legal	764
Capítulo 41 – Os juizados especiais	765
41.1. Introdução	765
41.2. Procedimento sumaríssimo	765
41.3. Critérios adotados nos juizados especiais	766
41.4. Competência nos juizados especiais	767
41.4.1. Opção entre o Juízo Cível Estadual e o Juizado Especial Estadual	768
41.4.2. Opção entre o Juízo Cível Federal e o Juizado Especial Federal, bem como entre o Juízo Fazendário Estadual e o Juizado Especial Fazendário Estadual	768
41.4.3. Conflito de competência entre Juízo Cível e o Juizado Especial	769
41.5. Legitimação ativa e capacidade postulatória	769
41.6. Legitimação passiva	770
41.7. Intervenção de terceiros e participação do Ministério Público	771
41.8. Petição inicial e procedimento padrão	771
41.9. Indeferimento da petição inicial ou resolução liminar do mérito	772
41.10. Antecipação dos efeitos da tutela satisfativa e cautelar	773
41.11. Meios processuais para impugnar a decisão interlocutória que defere ou indefere a antecipação dos efeitos da tutela	773
41.12. Citação	774
41.13. Atos processuais	775
41.14. Audiência de conciliação	775
41.15. Resposta do réu	776
41.16. Inversão do ônus da prova	776
41.17. Audiência de instrução e julgamento	777
41.18. A sentença	777
41.19. Recursos, ações autônomas de impugnação e incidentes	779
41.19.1. Embargos de declaração	779
41.19.2. Recurso inominado, agravo interno e recurso extraordinário	779

41.19.3. Mandado de segurança, ação rescisória e reclamação	781
41.19.4. Pedido de uniformização de interpretação de lei federal	782
41.20. A execução por quantia certa nos Juizados Especiais	782
41.20.1. Execução por quantia certa no Juizado Especial Estadual	782
41.20.2. Execução por quantia certa no Juizado Especial Federal e Fazendário.....	784
41.20.3. Execução de obrigação de fazer, não fazer ou de entrega de coisa nos Juizados Especiais	785
Capítulo 42 – Teoria geral do processo coletivo	786
42.1. introdução	786
42.2. Princípios reitores do processo coletivo	787
42.3. Competência.....	788
42.4. Legitimidade ativa	788
42.5. Legitimação passiva: possibilidade de ação coletiva passiva	791
42.6. Os procedimentos coletivos	792
42.7. Litispendência entre processos coletivos	793
42.8. Litispendência entre processos coletivo e individual.....	794
42.9. Processamento: concessão de tutelas de urgência, meios executivos e o uso do processo coletivo para instaurar um controle difuso de constitucionalidade	794
42.10. A sentença no processo coletivo.....	795
42.11. Liquidação da sentença coletiva e fixação dos juros moratórios	796
42.12. A coisa julgada no processo coletivo	797
42.12.1. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	797
42.12.2. Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> ou <i>in utilibus</i>	798
42.12.3. Os limites subjetivos da coisa julgada nas demandas coletivas	799
42.13. Execução da sentença coletiva	801
PARTE VI – O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
Capítulo 43 – O novo código de processo civil	805
43.1. Apresentação.....	805
43.2. Normas jurídicas. Princípios. Regras. Aplicação das normas processuais	806
43.3. Jurisdição. Internacional e nacional. Cooperação jurídica internacional. Auxílio direto. Carta rogatória. Cooperação jurídica nacional.....	806
43.4. Jurisdição nacional. Competência. Absoluta e relativa. Causas de modificação da competência. Conflito de competência	807
43.5. Ação. Condições da ação. Elementos da ação.....	807
43.6. Processo. Espécies. Pressupostos processuais. Capacidade processual	808
43.7. Sujeitos do processo. Partes principais e secundárias. Despesas, honorários advocatícios e multas. Gratuidade de justiça: incidente para o seu deferimento. Procuradores. Sucessão das partes e dos procuradores	808

43.8.	Litisconsórcio	808
43.9.	Intervenção de terceiros	808
43.10.	Juiz e auxiliares da Justiça. Poderes, deveres e responsabilidades. Impedimento e suspeição: incidente para apuração. Servidores, oficial de justiça, peritos, avaliadores e administradores. Conciliadores e mediadores judiciais	809
43.11.	Ministério Público. Advocacia Pública. Defensoria Pública	809
43.12.	Atos processuais. Forma, tempo e lugar. Atos das partes. Pronunciamentos do juiz. Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria	809
43.13.	Comunicação dos atos processuais. Carta de ordem, rogatória, precatória e arbitral. Citação. Intimação	810
43.14.	Vícios dos atos processuais.....	810
43.15.	Distribuição e registro dos processos	810
43.16.	Tutela jurisdicional. Provisória: tutelas de urgência ou de evidência. Processamento da tutela antecipada satisfativa ou cautelar requerida em caráter antecedente. Processamento da tutela provisória de evidência	811
43.17.	Formação, suspensão e extinção do processo	811
43.18.	Processo de conhecimento e cumprimento de sentença. Procedimento comum...811	811
43.19.	Petição inicial. Pedido. Alterações quantitativas e qualitativas	812
43.20.	Indeferimento da petição inicial. Improcedência liminar do pedido	812
43.21.	Audiência de conciliação ou de mediação	812
43.22.	Contestação. Questões preliminares e prejudiciais. Correção do polo passivo	813
43.23.	Reconvenção	813
43.24.	Revelia	813
43.25.	Providências preliminares. Réplica. Julgamento conforme o estado do processo	813
43.26.	Extinção do processo. Julgamento antecipado do mérito. Julgamento antecipado parcial do mérito. Saneamento e organização do processo. Audiência para saneamento	814
43.27.	Audiência de instrução e julgamento.....	814
43.28.	Teoria geral das provas. Prova emprestada	814
43.29.	Produção antecipada da prova. Ata notarial. Depoimento pessoal. Confissão. Exibição de documento ou coisa. Prova documental. Documentos eletrônicos. Prova testemunhal. Prova pericial. Inspeção judicial	815
43.30.	Sentença. Elementos e efeitos da sentença. Remessa necessária. Julgamento de ações relativas às prestações de fazer, não fazer e de entrega de coisa	815
43.31.	Coisa julgada	817
43.32.	Liquidação de sentença	817
43.33.	Cumprimento da sentença. Títulos executivos judiciais	817
43.34.	Competência. Protesto da decisão judicial.....	817
43.35.	Cumprimento provisório de sentença que condena à obrigação de pagar	818
43.36.	Cumprimento definitivo da sentença que condena à obrigação de pagar	818
43.37.	Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade da obrigação de prestar alimentos	819

43.38. Cumprimento de sentença que reconheça obrigação de pagar pela Fazenda Pública	820
43.39. Cumprimento da sentença que reconheça obrigação de fazer, não fazer e de entrega de coisa	820
43.40. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Consignação em pagamento. Exigir contas. Ações possessórias: manutenção, reintegração de posse e interdito proibitório. Divisão e demarcação de terras particulares. Dissolução parcial de sociedade. Inventário e partilha. Embargos de terceiro. Oposição. Habilitação. Ações de família. Ação monitória. Homologação do penhor legal. Regulação de avaria grossa. Restauração de autos.....	821
43.41. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Notificação e interpelação. Alienação judicial. Divórcio e separação consensuais, extinção consensual da união estável e alteração de regime de bens do matrimônio. Testamentos e codicilos. Herança jacente. Bens dos ausentes. Coisas vagas. Interdição. Organização e fiscalização das fundações. Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo	823
43.42. Processo de execução	825
43.43. Legitimidade. Competência. Títulos executivos extrajudiciais. Responsabilidade patrimonial	825
43.44. Disposições gerais. Petição inicial. Nulidade da execução	826
43.45. Execução para entrega de coisa certa e incerta. Execução de obrigação de fazer e de não fazer	827
43.46. Execução por quantia certa. Citação e arresto. Averbação da certidão de distribuição. Honorários. Prazo para pagar	828
43.47. Penhora, depósito e avaliação. Objeto da penhora. Ordem de preferência para penhora. Impenhorabilidade absoluta e relativa. Lugar da penhora. Modificações da penhora. Penhora em dinheiro ou depósito em instituição financeira. Penhora de créditos. Penhora de quotas ou ações. Penhora de empresa, outros estabelecimentos e semoventes. Penhora de percentual do faturamento da empresa. Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel. Avaliação	828
43.48. Expropriação dos bens. Adjudicação. Alienação por iniciativa particular ou em leilão. Satisfação do crédito	829
43.49. Execução contra a Fazenda Pública	830
43.50. Execução de alimentos	830
43.51. Embargos à execução e parcelamento.....	831
43.52. Suspensão e extinção da execução.....	831
43.53. Ordem dos processos e processos de competência originária dos tribunais	832
43.54. Incidente de assunção de competência	833
43.55. Incidente de arguição de inconstitucionalidade	833
43.56. Conflito de competência	834

43.57. Homologação de sentença estrangeira e da concessão de <i>exequatur</i> à carta rogatória	834
43.58. Ação rescisória.....	834
43.59. Incidente de resolução de demandas repetitivas	835
43.60. Reclamação	837
43.61. Recursos: disposições gerais	837
43.62. Apelação	838
43.63. Agravo de instrumento. Agravo interno. Agravo em recurso especial e extraordinário	838
43.64. Embargos de declaração	839
43.65. Recurso ordinário	840
43.66. Recurso extraordinário e especial. Julgamento dos recursos repetitivos	840
43.67. Embargos de divergência	842
43.68. Disposições finais e transitórias	842
43.69. Conclusão	844
Questões extraídas de concursos	845
Bibliografia.....	919